

Economia

economia@jb.com.br

Econ. Brasil

Empresas vão pagar a conta

■ Governo aumenta os impostos e corta as obras públicas para compensar a perda com as contribuições previdenciárias

UGO BRAGA E JANES ROCHA

BRASÍLIA – Os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Martus Tavares, anunciaram ontem o minipacote de emergência que vinha sendo preparado desde quinta-feira passada para fechar as contas do governo no próximo ano. Haverá cortes de gastos de R\$ 1,2 bilhão e aumento nos impostos recolhidos pelas empresas, acarretando elevação na receita federal em outro R\$ 1,2 bilhão.

As medidas renderão aos cofres públicos o dinheiro necessário para compensar a perda de R\$ 2,38 bilhões nas receitas previstas para o ano que vem – a quantia seria arrecadada com a taxa dos aposentados do governo federal e do aumento das contribuições previdenciárias dos funcionários públicos da ativa. Mas ambas foram consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na semana passada.

Obras públicas – Martus Tavares disse que o corte de gastos atingirá as obras públicas previstas para o próximo ano. O governo, porém, não definiu quais projetos serão cancelados. Isto será negociado diretamente com os integrantes da Comissão de Orçamento do Congresso, onde o projeto orçamentário de 2000 está sendo discutido desde o início de setembro. “Não mandaremos um novo projeto à Câmara”, explicou o ministro.

Quanto ao aumento de impostos, será efetivado por uma Medida Provisória. Os tributos escolhidos foram a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – as duas foram pinçadas porque as contribuições, ao contrário dos impostos, não precisam ser repartidas com estados e municípios, de forma que o dinheiro ficará todo no caixa federal.

A Cofins incide sobre o faturamento das empresas. Em fevereiro, o governo havia aumentado sua alíquota de 2% para 3% para compensar a receita frustrada pelo atraso na aprovação da CPMF (o imposto do cheque). O mesmo motivo levou a equipe econômica a elevar, em maio, a alíquota da CSLL de 8% para 12%.

Até janeiro, as empresas poderão descontar na CSLL devida a quantia desembolsada na Co-



Ministro Pedro Malan, ao explicar que o aumento de impostos é uma medida emergencial

fins. Mas a partir de fevereiro do próximo ano, pagarão integralmente as duas contribuições. Para não superdosar a carga tributária, a alíquota da CSLL será reduzida de 12% para 9%. E assim permanecerá até 31 dezembro de 2002.

Preços – A medida terá desdobramentos no preço das mercadorias a partir de fevereiro. A previsão é a de que, num período de crescimento econômico, as empresas consigam repassar toda a elevação da carga tributária para os preços dos produtos e serviços que vendem. De forma que o valor de R\$ 1,2 bilhão que o governo precisa será pago diretamente pelos consumidores brasileiros.

O ministro Pedro Malan se esforçou tentando explicar que o aumento de impostos é uma medida emergencial. E será retirada assim que o governo conseguir aprovar no Congresso uma emenda constitucional que possibilite a cobrança de contribuição previdenciária aos aposentados do setor público federal.

Tal emenda, conforme disseram os dois ministros, será encaminhada ao Congresso. Mas só no próximo ano, para não entulhar a pauta legislativa. Fora as medidas pontuais, também foi anunciada uma série de projetos para fechar brechas na legislação tributária, aproveitadas pelas empresas e investidores para pagar menos impostos.

A CRONOLOGIA DA CRISE

AGOSTO, 1997 – Pressionada por um ataque especulativo, Tailândia desvaloriza o bath e começa a crise asiática.

NOVEMBRO, 1997 – Indonésia sucumbe à especulação e desvaloriza a rúpia. Brasil sofre primeiro ataque especulativo. Taxas de juros sobem de 20% para 43% ao ano. Governo lança Pacote 51 e promete ajustar suas contas.

SETEMBRO, 1998 – Atingida pela crise e com o rublo desvalorizado, Rússia decreta moratória de sua dívida externa.

NOVEMBRO, 1998 – Brasil volta a ser a bola da vez. Taxa de juros sobe de novo, desta vez de 19% para 29%. Início dos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e negociação do empréstimo-socorro de US\$ 41,5 bilhões. Governo elabora novo programa para ajustar suas contas.

JANEIRO, 1999 – Descrente no ajuste fiscal, mercado ataca o câmbio e força a desvalorização do real. País segue cumprindo metas acordadas com o FMI.

AGOSTO, 1999 – Governo elabora o Orçamento Geral da União para 2000. Prevê superávit primário (receitas maiores do que despesas, exceto gastos com juros) de R\$ 28,46 bilhões. Para tanto, entre outras coisas, decide aumentar a contribuição previdenciária dos servidores federais ativos e passar a cobrar dos aposentados.

30 DE SETEMBRO, 1999 – Supremo Tribunal Federal julga inconstitucional medidas para ajustar a Previdência Pública. Ajuste Fiscal de 2000 tem perda de R\$ 2,38 bilhões. Taxa de câmbio sobe.

1º DE OUTUBRO, 1999 – Ministro Pedro Malan volta às pressas ao Brasil, depois da reunião do FMI, e anuncia que governo tomará medidas para compensar a receita perdida com a decisão do STF. Câmbio continua subindo.

4 DE OUTUBRO, 1999 – Líderes e presidentes dos partidos aliados se reúnem com o presidente e com a equipe econômica no Palácio do Planalto para discutir Previdência Pública. Ministros saem dizendo que medidas seriam tomadas. Políticos garantem que não há clima nem para cortes de gastos nem para aumentos de impostos. Taxa de câmbio mantém-se num patamar elevado.

7 DE OUTUBRO, 1999 – Malan e o ministro do Planejamento, Martus Tavares, anunciam cortes de R\$ 1,2 bilhão nas obras previstas no Orçamento Geral da União que está tramitando no Congresso. E aumento efetivo nas alíquotas da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), gerando receitas extras de R\$ 1,2 bilhão no ano 2000. Câmbio fecha em queda.